

DE FHC A BOLSONARO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

From FHC to Bolsonaro: An analysis of executive-legislative relations in Brazil's New Republic from the perspective of the Chamber of Deputies

Daniel Máximo Góes de Lima

Graduado em Ciências Sociais pelo IFCS-UFRJ, mestre em Ciência Política pela EC-UNIRIO e doutorando em Ciência Política no IESP/UERJ.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o comportamento político dos deputados federais brasileiros no período 1995-2019. A análise a respeito do tema foi realizada com base em variáveis como orientação ideológica, relação com o Poder Executivo, participação em coalizões e fidelidade às determinações do líder partidário. Com isso, pretende traçar um perfil geral da Câmara dos Deputados, contribuindo assim para os debates a respeito das diretrizes de funcionamento do sistema presidencialista no Brasil. Os resultados demonstram que o deputado federal brasileiro, no período analisado, tende a participar de coalizões, é fiel em relação a seu líder e tem perfil ideológico de centro-direita.

Palavras-chave: legislativo; câmara dos deputados; presidencialismo brasileiro; comportamento político

Abstract

This paper aims to analyze Brazilian congressmen's political behavior between 1995 and 2019. Our analysis on this issue was based on variables such as ideological preferences, relationship to Executive branch, participation in coalitions and loyalty to party leaders. The main goal is to come up with a profile of Brazilian House of Representatives, to contribute towards the debates on presidential system's guidelines in the country. Results show that, during the period selected, Brazilian congressmen tended to take part in coalitions, be loyal to their leaders and have centrist and right-wing preferences.

Keywords: legislative branch; house of representatives; brazilian presidentialism; political behavior

Introdução

Desde 1988, com a redemocratização do país, politólogos brasileiros vêm preocupando-se em compreender as características centrais do arranjo político-partidário que emergiu a partir da promulgação do novo texto constitucional. Uma das principais discussões a respeito do assunto envolve os fatores pelos quais os parlamentares brasileiros se pautam ao exercer suas atividades legislativas.

O debate, em linhas gerais, concentrava-se sobre a força política dos partidos e sua capacidade em coordenar interesses de modo previsível e racional. De um lado, fala-se em um Executivo refém de um sistema partidário essencialmente instável, cujo Legislativo é composto sobretudo por parlamentares individualistas e carreiristas, sem qualquer vínculo programático com suas siglas; de outro, o diagnóstico aponta para a existência de um arranjo definido por um Executivo forte e um Legislativo em que os partidos dispõem de mecanismos eficazes de disciplinamento.

O objetivo deste artigo é traçar um perfil dos deputados e partidos brasileiros da Nova República. Para isso, utilizei um conjunto de variáveis relacionadas ao comportamento político de ambos durante as votações na Câmara como uma aproximação. Desejo assim contribuir ao debate por meio da apresentação de evidências empíricas acerca do objeto. Eis a relevância do trabalho.

O artigo possui quatro seções. Na primeira, farei uma breve revisão bibliográfica a respeito do tema. Em seguida, explicarei a metodologia e a natureza dos dados utilizados. Mais adiante, na terceira, detalharei as técnicas utilizadas e as variáveis a serem analisadas dentro do banco de dados. Finalmente, a quarta e última seção oferece uma análise descritiva das variáveis selecionadas e um modelo de regressão para correlacionar variáveis relativas ao tema do artigo.

Revisão Bibliográfica

Há anos, autores importantes dentro da ciência política brasileira vêm sustentando que o presidencialismo que emergiu com a Constituição de 1988 fez do presidente da República uma figura cujos poderes se sobressaem em relação ao Legislativo. Nesse sentido, o chefe do Executivo disporia de mecanismos para fazer valer sua agenda perante os legisladores. O principal deles, historicamente, foi a distribuição das emendas da Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio da qual seria possível oferecer incentivos para que deputados e senadores cooperassem com os interesses do governo de turno (PEREIRA; MUELLER, 2003, p.742; SANTOS, 1997). Mais recentemente, no segundo governo Dilma

(2015-2016), essa realidade mudou um pouco, em virtude da emenda constitucional nº 86, que tornou a execução das emendas individuais dos parlamentares à LOA obrigatória.

Existe ainda uma literatura que ressalta a supremacia executiva nas relações com o Legislativo após a constituinte. Dentre suas conclusões, dois achados devem ser destacados aqui: (I) a maioria esmagadora das leis aprovadas no período pós-1988, algo em torno de 85%, é de autoria do Executivo; (II) é ínfima, menor do que 0,1%, a probabilidade de propostas oriundas do Executivo serem rejeitadas no plenário das duas casas do Congresso Nacional (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998, p.7).

Na prática, os poderes do presidente foram hipertrofiados a partir de três artigos da Constituição de 1988, a saber: o 61, 62 e 64. O §1º do primeiro fixou um rol de matérias sobre as quais apenas o chefe do Executivo pode iniciar legislação; o segundo confere ao presidente, por meio de Medidas Provisórias (MP), a prerrogativa de iniciar legislação por si próprio, sem depender de consulta prévia aos membros do Legislativo; por fim, o §1º do último dispositivo também lhe concede a prerrogativa de solicitar urgência na apreciação de seus projetos, o que na prática significa “furar” a fila na agenda legislativa do Congresso.

Soma-se a isso o fato de o artigo 62, §6º, determinar que, se as medidas provisórias não forem apreciadas pelo Congresso Nacional em até 45 dias, automaticamente entrarão em regime de urgência. Isso não apenas disciplinaria, como potencialmente obrigaria os legisladores brasileiros a estruturarem seus trabalhos em torno de propostas de interesse exclusivos do Executivo.

Porém, ainda que o presidente brasileiro seja bastante poderoso, também vigora no Brasil um arranjo institucional que combina multipartidarismo com representação proporcional, grande heterogeneidade social e federalismo. O que emergiu a partir disso foi um dos sistemas partidários mais fragmentados do mundo, no qual o partido do presidente eleito não obtém maioria das cadeiras no Congresso Nacional após as eleições. (NICOLAU, 1996). Nesse cenário, o principal desafio para o governo de turno, a despeito de todas prerrogativas constitucionalmente conferidas ao presidente, é formar grandes coalizões capazes de oferecer apoio às suas políticas e evitar um estado de paralisia decisória (ABRANCHES, 1988, p.21; SANTOS, 1997, p.7-8).

Em suma, o presidente brasileiro, para viabilizar sua agenda na prática, necessita formar uma coalizão sólida dentro do Congresso Nacional, isto é, que seja capaz de lhe oferecer maiores estáveis ao longo de seu mandato. Na prática, isso significa formar uma maioria composta por deputados que votem disciplinadamente com o Executivo.

Até o começo da década de 1990, parte da literatura mostrava-se receosa quanto ao comportamento de parlamentares brasileiros, por vezes considerando-os pouco ideológicos e com enormes incentivos para esboçar qualquer disciplina partidária ao longo das legislaturas (MAINWARING, 1991).

Ao longo da última década, no entanto, as conclusões da literatura dão conta de que tais preocupações não se justificam na prática. Isso porque o Colégio de Líderes do Congresso Nacional, por meio do controle de indicações e recursos estratégicos para a carreira legislativa, seria capaz de impor altos índices de disciplina nas votações das duas casas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008).

Metodologia

Os Dados e sua Natureza

As informações utilizadas nas análises e conclusões elaboradas neste trabalho foram obtidas diretamente do Banco de Dados Legislativos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Trata-se de importante iniciativa exploratória que, há vinte e cinco anos, compila sistematicamente dados sobre a produção e atuação legislativas de partidos e parlamentares brasileiros no Congresso Nacional. As informações estão disponíveis em diversas tabelas, disponíveis para download no site eletrônico. Não há informações públicas disponíveis sobre a periodicidade com que o banco é alimentado.

O projeto também disponibiliza dados sobre projetos de lei (Projeto de Lei, Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Lei do Congresso Nacional e Projetos de Lei Complementar), medidas provisórias, votos individuais de congressistas, formação de coalizões, disciplina partidária e orientações de voto do governo de turno. O objetivo é oferecer informações suficientes para estimar a influência de tais variáveis sobre o comportamento legislativo no Parlamento brasileiro.

A maior parte das informações contidas no banco é relativa ao período 1988-2019, ou seja, entre a entrada em vigor da atual Constituição da República e o primeiro ano do governo Bolsonaro. Nas tabelas utilizadas nas análises descritivas e nos modelos de regressão, contudo, os dados disponíveis vão do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) até 2019, primeiro ano da presidência Bolsonaro.

Para os fins da análise, focada em estudar o comportamento político de deputados federais brasileiros, foi selecionado um total de quatro variáveis de interesse: Fidelidade em Relação ao Executivo de turno; Disciplina em Relação à Orientação dos Líderes Partidários; Participação em Coalizões de Governo; e Ideologia do Partido do Deputado. Sobre elas foi elaborado um conjunto de tabelas de cruzamento, a partir das quais foram gerados gráficos de frequência absoluta e relativa.

Todas elas possuem como unidade de análise o voto individual de cada deputado brasileiro em todas as votações realizadas nas diferentes legislaturas da Câmara dentro no recorte definido. Para medir o impacto de todas as demais variáveis sobre a fidelidade ao governo, foram analisados apenas os votos proferidos em votações nas quais havia

orientação expressa do líder partidário e do governo. Assim sendo, votações nas quais o governo liberou sua bancada para votar como quisesse não foram contabilizadas no banco de dados.

Pensando na estruturação dos termos do modelo de regressão a ser elaborado, as três primeiras variáveis foram tratadas como dicotômicas, com valores mutuamente excluídos. Os valores assumidos por elas na codificação adotada são os seguintes:

Fidelidade em Relação ao Executivo: na codificação inicial, a partir da qual alguns gráficos foram gerados, os valores da variável foram D (Voto Disciplinado em Relação ao Governo) e I (Voto Indisciplinado em Relação ao Governo). No modelo de regressão, esses termos foram convertidos em variável *dummy*, sendo 0 Voto Infiel ao Governo e 1, Voto Fiel ao Governo;

Disciplina em Relação aos Líderes Partidários: Voto Individual Disciplinado (0) e Voto Individual Indisciplinado (1);

Participação em Coalizões de Governo: Integra a Coalizão (TRUE) e Não Integra a Coalizão (FALSE). No modelo de regressão, os termos foram recodificados em variável *dummy* da seguinte forma: (0) Sim ou Participa da Coalizão; e (1) Não Participa da Coalizão;

No que se refere à variável “ideologia”, seus termos foram operacionalizados a partir da escala ideológica formulada por Bolognesi, Codato e Ribeiro (2020), pela qual os partidos brasileiros surgidos após a redemocratização podem ser dispostos em uma escala de 0 a 6. Nela, os extremos (0 e 6) significam, respectivamente, “extrema-esquerda” e “extrema-direita”. Os demais valores (1,2,3,4,5) corresponderiam, nesta ordem, à esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Já na codificação utilizada no modelo, as categorias foram reduzidas apenas a Esquerda (0), Centro (1) e Direita (2).

Pelo critério adotado pelos autores, assim foram classificados os partidos brasileiros:

Tabela 1: Distribuição dos Partidos Brasileiros no Espectro Ideológico (1985-2020)

Classificação Ideológica	Partidos
Extrema-Esquerda	PSOL, PCB, PSTU e PCO
Esquerda	PT e PC do B
Centro-Esquerda	PSB e PDT
Centro	Rede Sustentabilidade, PV e Cidadania
Centro-Direita	PTB, Solidariedade, Avante, PMN, PMB e PHS
Direita	PSDB, PMDB, Podemos, PRTB, PTC, PPL, PSD, PRP, PL, Progressistas, DC, PROS, Republicanos, PSL, Novo e Patriota
Extrema-Direita	DEM

Fonte: Codato, Bolognesi e Ribeiro (2020)

Técnicas

Meu objetivo neste trabalho, considerando as variáveis existem no banco de dados, foi verificar quais valores explicam a adesão à agenda do governo nas votações ocorridas na Câmara dos Deputados entre os anos de 1995 e 2019. Dado que a variável a ser explicada é dicotômica e binária, optei por construir um modelo de regressão logística, utilizando como variáveis explicativas a Disciplina aos Líderes Partidários, a Ideologia do Partido de cada deputado e o Pertencimento às Coalizões de Governo.

A principal variável explicativa do modelo é o Pertencimento às Coalizões de Governo, enquanto as demais são empregadas como variáveis de controle. Ele não utiliza funções de logaritmo nem tem qualquer pretensão em oferecer interpretações causais. Seus coeficientes, no entanto, são significativos, conforme demonstrarei mais adiante.

No que se refere à seção de análise descritiva, foram elaborados gráficos de frequência absoluta e relativa a partir de tabelas de cruzamento entre as variáveis de interesse mobilizadas a partir do banco de dados original. Nesse sentido, aferimos, por exemplo, quais partidos fizeram mais coalizões e quais parcelas do espectro ideológico tendem a seguir as orientações do governo.

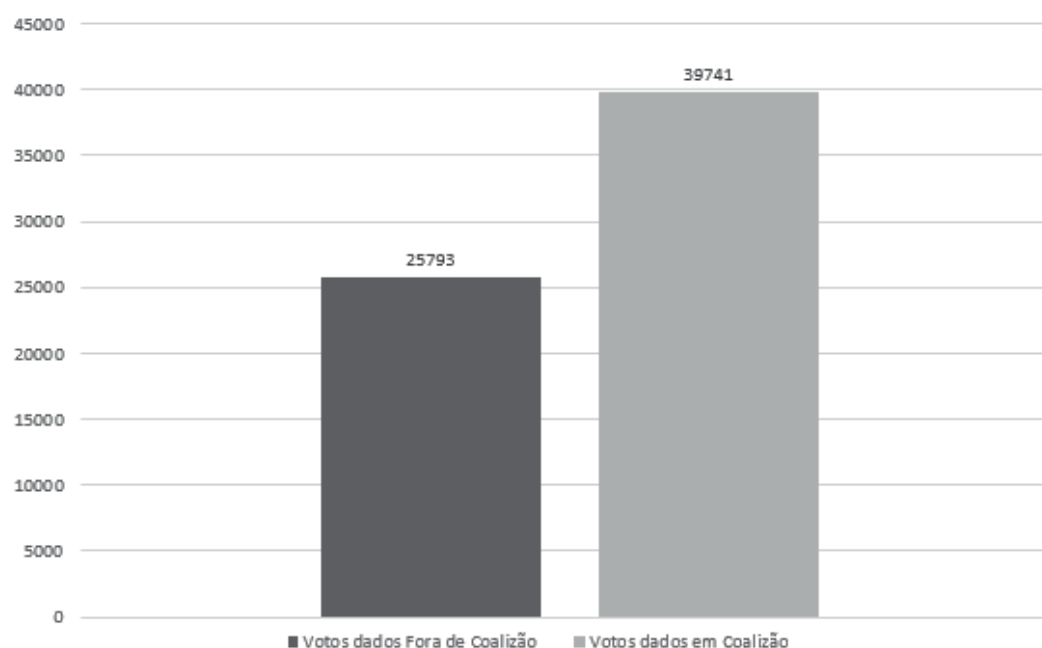
Análise Descritiva dos Dados

O foco deste trabalho é apresentar tendências gerais do comportamento político dos deputados brasileiros no período 1995-2019, bem como mapear associações entre as variáveis de interesse. Para isso, foram elaborados gráficos de frequência, relativa e absoluta, e tabelas de cruzamento. Com base nelas, foram gerados outros gráficos nos quais foram correlacionadas as variações de valores dessas grandezas.

Coalizão

Desde que a expressão “Presidencialismo de Coalizão” foi cunhada por Abranches (1988), a participação partidária nas bases de sustentação dos governos eleitos na Nova República se converteu em variável de especial interesse para os politólogos brasileiros. O gráfico abaixo ilustra, em números absolutos, o total de votos individuais dados por deputados em votações ocorridas no intervalo mencionado, conforme as legendas que se seguem:

Gráfico 1: Participação e Não-Participação em Coalizões nas Votações na Câmara dos Deputados em Números Absolutos (1995-2019)

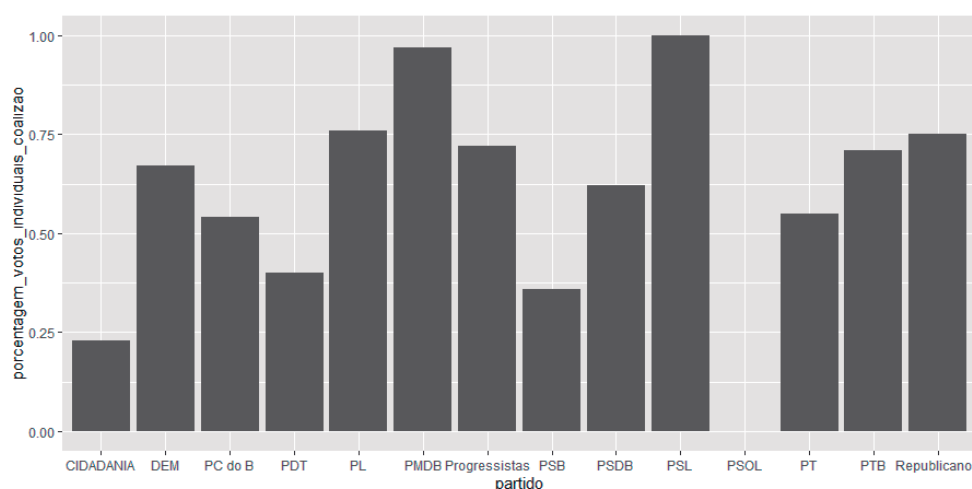


Fonte: CEBRAP

Vê-se que os deputados brasileiros, quando considerados individualmente e em linhas gerais, tendem em números absolutos para a formação de coalizões. Disso se depreende que os incentivos oferecidos para a cooperação, seja por meio dos líderes partidários ou pela atuação direta do Executivo, surtem efeito na prática.

A participação em coalizões, naturalmente, não se distribui de maneira uniforme entre os diferentes partidos do espectro ideológico com representação na Câmara dos Deputados, conforme demonstra o gráfico que se segue:

Gráfico 2: Percentual rel. de participação partidária em coalizões na Câmara dos Deputados (1995-2019)

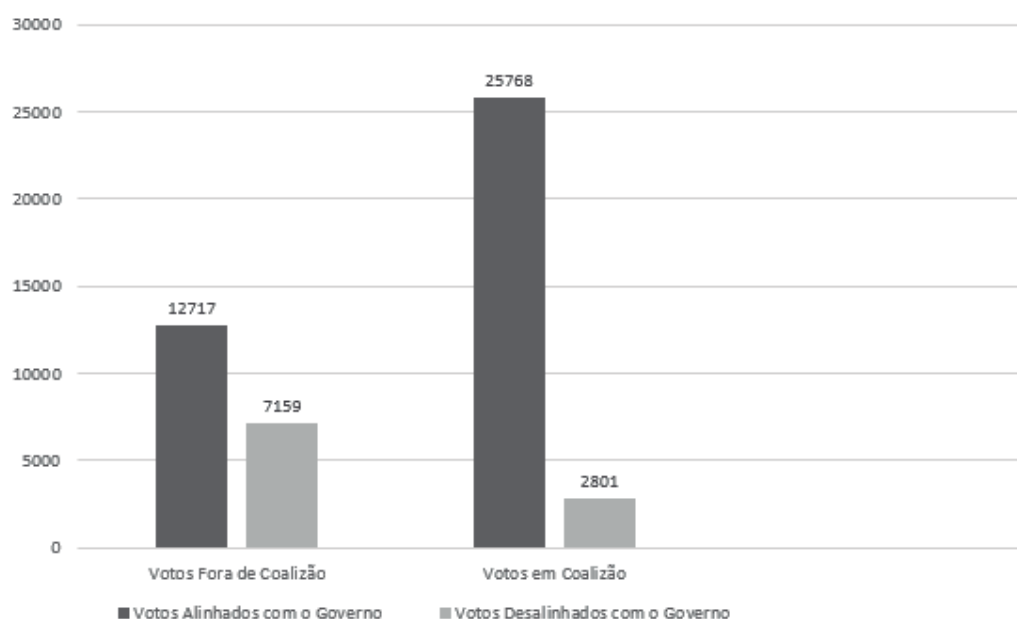


Fonte: CEBRAP

Os dados retratados corroboram a associação tradicionalmente feita¹ entre governismo e determinadas siglas do sistema partidário brasileiro – sabidamente o PMDB e o Progressistas, que integraram a base de apoio de todos os governos empossados de Itamar Franco a Michel Temer. Também é notável a participação do PL e do PTB, identificados com aquilo que nos noticiários se chama tradicionalmente de “centrão”.

Também foi avaliada a relação entre a participação em coalizões e a disciplina ao governo. Nesses casos, os dados assumiram a seguinte distribuição:

Gráfico 3: Apoio ao Governo x Participação em Coalizões na Câmara dos Deputados em Número Absoluto de Votações (1995-2019)



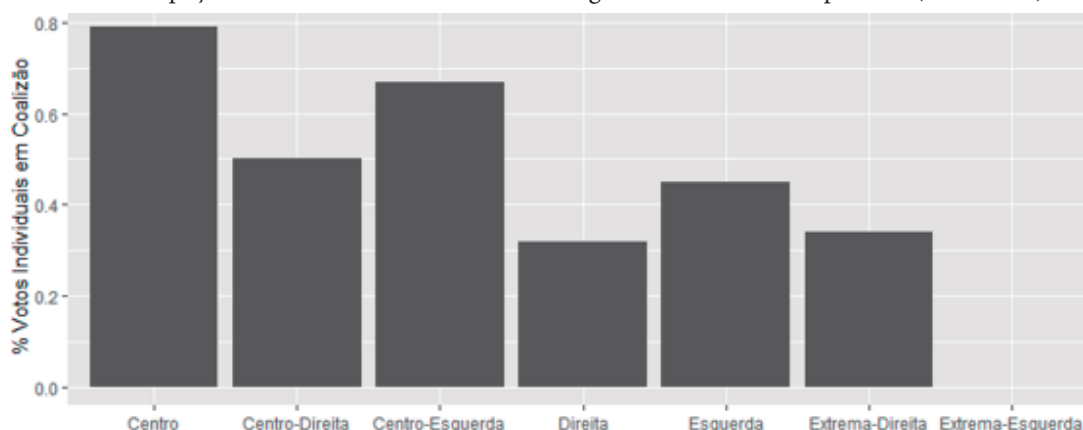
Fonte: CEBRAP

Nesse caso, embora a participação em coalizões reduza a indisciplina (I) em relação ao Executivo, não se pode desconsiderar que o deputado brasileiro, desde 1995, tende a votar em acordo com a orientação governista, mesmo não integrando formalmente sua base de apoio. Disso se depreende que, ainda que compor uma base política seja importante, outros mecanismos de indução de apoio, como a nomeação de cargos no primeiro escalão do Estado e a liberação de emendas, na prática também se mostram bastante eficazes para viabilizar a formação de maiores estáveis.

Averigüei ainda como a participação em coalizões se distribui ao longo do espectro ideológico no interior da Câmara:

¹Ver, por exemplo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/mdb-pp-e-ptb-sao-as-siglas-mais-governistas.shtml>. Acesso em 3 de Agosto de 2022.

Gráfico 4: Participação Relativa em Coalizões Por Ideologia na Câmara dos Deputados (1995-2019)



Fonte: CEBRAP.

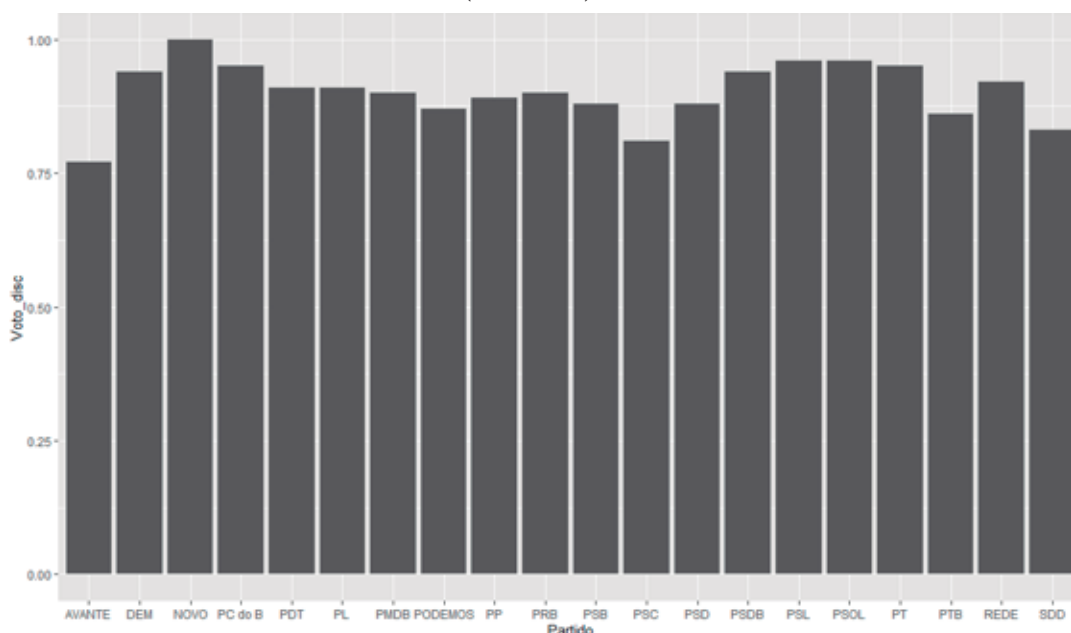
A análise atenta do gráfico revela que, exceção feita ao PSOL, classificado como extrema-esquerda, os partidos brasileiros tiveram uma presença razoável em coalizões na Câmara dos Deputados. Naturalmente, aqueles identificados com alguma forma de centro (centro, centro-esquerda e centro-direita) tendem a participar mais do que os “puros”, com a presença em coalizões sendo majoritárias em todos os casos. Também é expressiva a disposição da esquerda em fazer algum tipo de composição.

Apesar de expressa em frequência relativa, essa evidência ainda pode ser distorcida em função de alguns desses rótulos abarcarem mais partidos do que outros. Partidos esses que assumiram posturas distintas durante os sucessivos governos eleitos nos últimos trinta anos.

Disciplina Partidária

Para avaliar a disciplina partidária dos deputados brasileiros durante o período em análise, utilizamos como *proxy* uma variável dicotômica que mede os votos dados em acordo com as orientações fornecidas pelos líderes partidários. Antes das votações, é comum que os integrantes do Colégio de Líderes fechem questão em torno do mérito da matéria em apreciação, e submetam suas respectivas posições ao painel eletrônico da Câmara. Nesse sentido, as tabelas de frequência absoluta e relativa geram gráficos interessantes, como o que se segue a seguir:

Gráfico 5: Percentual Relativo de Disciplina Partidária das Siglas com Presença na Câmara dos Deputados (1995-2019)



Fonte: CEBRAP

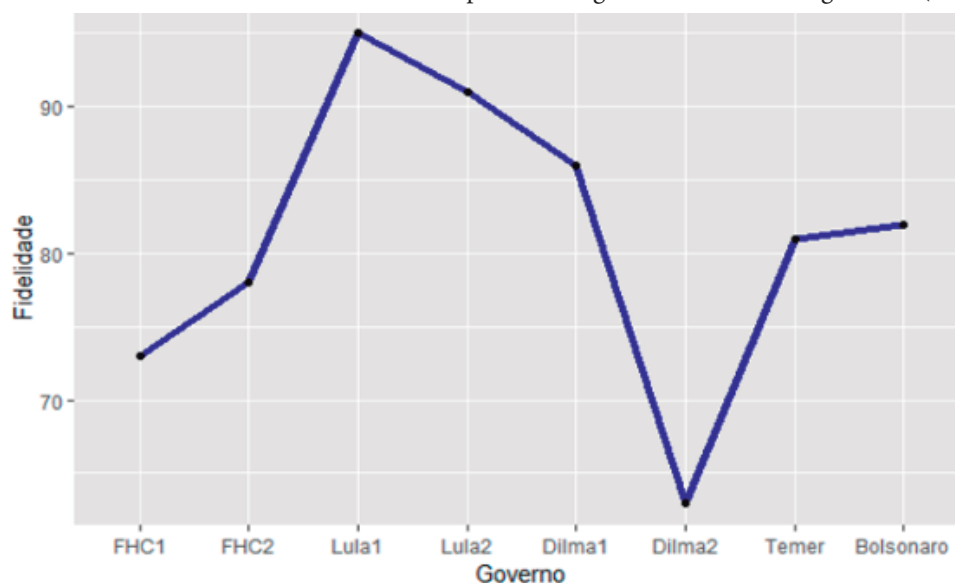
É patente a capacidade dos líderes partidários de impor disciplina às suas bancadas, uma vez que até o menos disciplinado dos partidos, o Avante, apresenta um índice de disciplina individual na casa dos 75% de todos os votos dados por seus parlamentares. Trata-se, portanto, de uma característica que se manifesta de modo muito semelhante em todo o espectro ideológico.

Isso demonstra que, ao contrário do que argumentara uma parcela da literatura especializada durante a década de 1990 (MAINWARING, 1991), os partidos brasileiros não são compostos por parlamentares cujo comportamento político é pautado única e exclusivamente por incentivos individualistas, focados em fazer acenos às suas bases regionais.

Fidelidade ao Executivo

Assim como todos os partidos, tanto o Governo quanto a Oposição podem indicar orientações de voto a seus deputados antes de votações que ocorrem na Câmara. Sendo os legisladores brasileiros, em média, propensos a integrar coalizões do governo de turno, vejamos como se comportam em relação a agenda de todos presidentes eleitos desde 1995:

Gráfico 6: Perc. de alinhamento da Câmara dos Deputados às agendas dos diferentes governos (1995-2019)



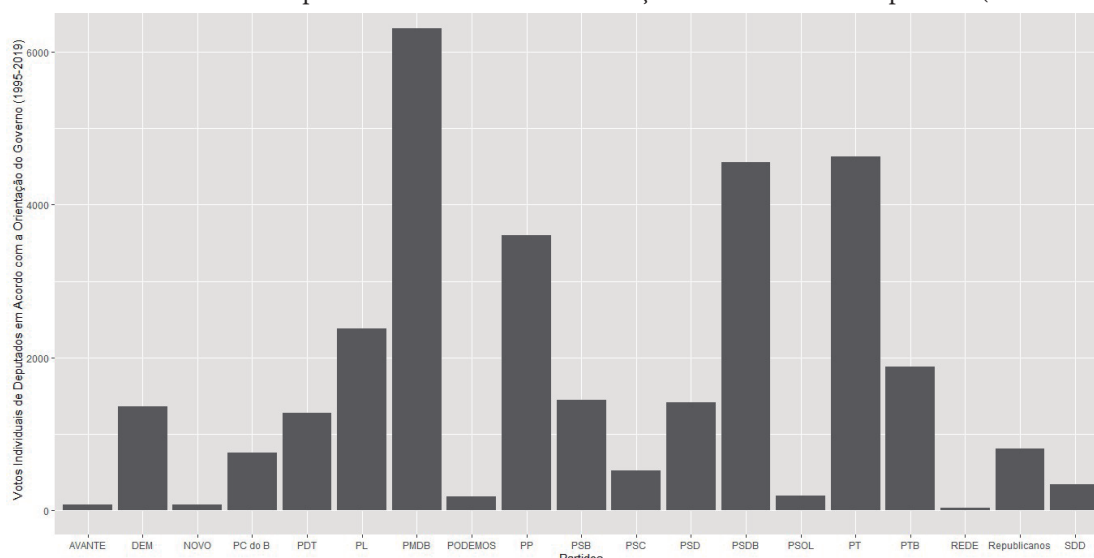
Fonte: CEBRAP

É bastante substancial o percentual de respaldo do Executivo junto à Câmara no período observado. Impressiona que, mesmo em momentos de grave crise política, o que inclui baixas taxas de popularidade e desempenho econômico insuficiente, os governos brasileiros se mantenham capazes de obter taxas de apoio que ultrapassam um aproveitamento 60%.

Em termos mais gerais, isso nos sugere duas hipóteses: (I) os marcos institucionais do Legislativo brasileiro oferecem poucas oportunidades de destaque individual para os deputados, o que pode servir incentivo para a composição junto ao Executivo; (II) o Executivo dispõe de mecanismos eficazes de indução à cooperação com sua agenda.

Também é possível mensurar os percentuais relativos de governismo por partido, conforme segue abaixo:

Gráfico 7: Governismo dos partidos em nº absoluto de votações na Câmara dos Deputados (1995-2019)



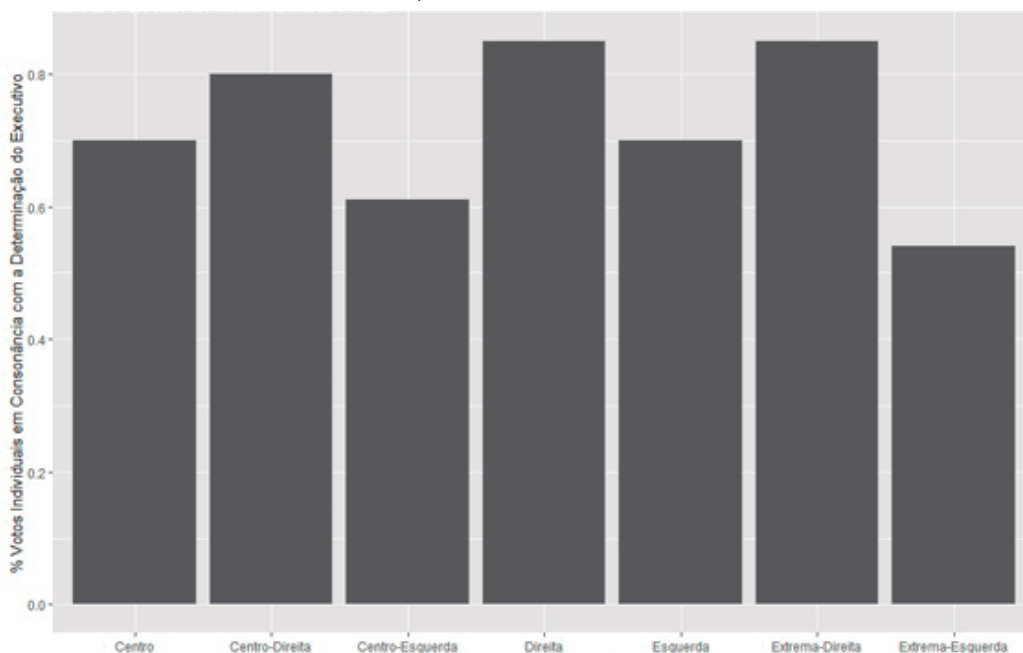
Fonte: CEBRAP

Uma vez mais, os valores são reveladores. Mesmo o PSOL, único partido classificado como de “Extrema-Esquerda” no critério por nós adotado e que nunca integrou qualquer coalizão de governo, mais vota a favor do que contra o Executivo de turno nas votações em que há clara indicação de voto. Com isso, pode-se discutir o peso da ideologia nas decisões finais tomadas pelos partidos em votações estratégicas.

Por fim, se agruparmos os partidos por grupos ideológicos e analisarmos em números relativos, obteremos o seguinte quadro:

Gráfico 8: Tendência Governista Por Matriz Ideológica na Câmara dos Deputados em Número Relativo de

Votações (1995-2019)



Fonte: Elaboração própria

Como regra geral, as frações à direita do espectro político pendem mais para o alinhamento com o Executivo do que a Esquerda. Nesse campo, o governismo foi liderado por PT e PC do B – justamente os dois partidos que nunca se desalinham ao longo dos 14 anos de governos petistas, como forma de preservar canais de diálogo junto às suas bases mais tradicionais.

Por vezes, mas não sempre, o PT contou com apoio da centro-esquerda – representada por PSB e PDT, que chegaram a ocupar cargos no Ministério dos governos petistas. E por outro lado, com índices mais baixos de adesão, figura o PSOL, que nasceu como dissidência petista e, como tal, precisar se manter formalmente na Oposição e fazer apelos a um certo purismo ideológico de esquerda.

Modelo de Regressão Logística

Até aqui, as análises descritivas exploraram as relações entre as variáveis do banco de dados a partir das frequências de cada uma delas. A partir de agora, o foco será verificar se essas variáveis podem prever significativamente o apoio ao Executivo.

Considerando que tenho como dependente uma variável de natureza dicotômica, optei por construir um modelo de regressão logística multivariada. Dessa forma, além de adaptá-lo às características da variável dependente, também estabelecerei um controle mútuo entre as variáveis independentes.

O modelo construído para prever o apoio ao Executivo possui como variáveis independentes a Coalizão de Governo, Ideologia e Disciplina aos Líderes Partidários.

Os previsores do modelo se mostraram estatisticamente significativos a um p-valor <0.001, conforme demonstrou o teste *Anova* abaixo:

Tabela2: Teste Anova (Primeiro Modelo de Regressão)

Variável	Df	Chisq	Pr (>Chisq)	
Coalizao_GOV	1	3675.624	<2.2e -16	***
Ideologia	2	1.169.452	<2.2e -16	***
IndDisc	1	28.057	1,178e - 07	***

Fonte: Elaboração própria

O modelo tampouco apresentou coeficientes expressivos de multicolinearidade. Mesmo assim, dado que o espaço amostral do banco de dados é suficientemente alto (n = 47.121), isso não exerceria qualquer impacto negativo sobre a capacidade preditiva. Seguem os seus resultados:

Tabela 3: Resultados do Modelo de Regressão Logística Multivariada

Variável	GVI	Df	$GVI^{1/(2*Df)}$
Coalizao_GOV	1,023111	1	1
Ideologia	1,04008	2	1,009873
IndDisc	1,020301	1	1,01E+00

Fonte: Elaboração própria

Também verificamos a ausência de *outliers* dentre as observações contidas no modelo. Conforme se verifica abaixo, o intervalo entre mínimos e máximos não é grande a ponto de causar desequilíbrios:

Tabela 4: Intervalos do Modelo de Regressão Logística Multivariada

Min.	1st Qu	Median	Mean	3rd Qu.	Max.
-3,75768	0,27997	0,27997	-0,01178	0,54631	0,96465

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, os coeficientes do modelo, expressos em *Odds Ratio* (OD), são os que se seguem:

Tabela 5: Coeficientes do Modelo de Regressão Logística Multivariada (OD)

Variável	OR	2,50%	97,50%
(Intercept)	12,572	10,82	14,609
Coalizao__GOVSim	0,207	0,196	0,217
IdeologiaDireita	1,204	1,065	1,362
IdeologiaEsquerda	0,491	0,433	0,557
IndDiscDisciplinado	0,786	0,719	0,859

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, o modelo de regressão logística multivariada mostrou que a coalizão, a disciplina ao líder partidário e a ideologia são previsores para a fidelidade ao Executivo ($X^2 = 0,207, 1,204/0,491$ e $0,786$; $p < 0,001$; R^2 Nagelkerke = $0,2$).

Em termos concretos, isso significa que pertencer à categoria “sim” para “coalizão de governo” está associado a um aumento de chances de pertencer à categoria “fiel” para fidelidade ao governo (OR = $0,207$; IC 97,5%: $0,061 - 0,171$).

Em termos percentuais, O mesmo ocorre com ser de Direita ou de Esquerda e quando o parlamentar é disciplinado em relação às determinações do líder da bancada de seu partido.

Considerações Finais

Este trabalho, de natureza puramente observacional e ilustrativa, teve por objetivo contribuir para o debate sobre a dinâmica geral do comportamento político de deputados brasileiros após a redemocratização do país. Esse objeto foi analisado a partir de um conjunto de variáveis do repositório de dados legislativos do CEBRAP.

Foram selecionadas variáveis como fidelidade aos sucessivos governos, a disciplina em relação aos líderes partidários, o pertencimento a coalizões governamentais e a ideologia dos partidos com representação na Câmara dos Deputados.

Após a seleção, foram construídas tabelas de frequência absoluta e relativa no R, que foram utilizadas como base para a elaboração de gráficos.

A análise exploratória mostrou que os dos deputados brasileiros, na maioria das vezes, votam de maneira alinhada ao Executivo, mesmo em momentos de crise política. Apontam ainda que os principais partidos brasileiros, em todas as gradações do espectro ideológico, são bastante disciplinados em relação às orientações dos líderes de suas respectivas bancadas.

Por último, observou-se que, se os partidos de orientação política mais moderada tendem mais à composição política por meio de coalizões, os de direita são aqueles que historicamente mais votaram conforme a agenda do Executivo em números absolutos.

Tudo isso permite traçar um perfil para o deputado médio no presidencialismo brasileiro pós-constituente: trata-se de um deputado que vota com o governo, participa de coalizões e é fiel às lideranças de seu partido. Essas conclusões reforçam as de Figueiredo e Limongi (2001), no que diz respeito à preponderância do Executivo sobre o Legislativo e à existência de mecanismos de coordenação de interesses no Parlamento brasileiro.

Por último, os resultados do modelo de regressão construído vão ao encontro dos gráficos elaborados. Através de seus coeficientes, demonstrei que o pertencimento a coalizões de governo e o voto disciplinado em relação aos líderes partidários aumentam de forma expressiva a fidelidade para com o Executivo.

Futuros trabalhos podem explorar mais a nova tônica das relações Executivo-Legislativo à luz das novas regras de administração dos recursos do Orçamento Federal, como as emendas RP9, popularmente batizadas de “Orçamento Secreto”.

Recebido em 17 de junho de 2024

Aprovado para publicação em 23 de agosto de 2024

Referências

ABRANCHES, Sérgio. (1988). “**Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**”, DADOS, v. 31, n. 1, pp. 5-33.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A; CODATO, Adriano. “**Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil?** UOL – Observatório das Eleições, São Paulo, 24 de nov. de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerdacentro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>. Acesso em: 23/07/2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Banco de Dados Legislativos**. (2021). FAPESP, São Paulo. Disponível em: <https://bancodedadoslegislativos.com.br/>. Acesso em 05/06/2022.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. [S.l: s.n.], 2001.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1998, n. 44 [Acessado 27 Maio 2022], pp. 81-106.

MAINWARING, S. (1991), “**Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa Perspectiva Comparativa**”. Novos Estudos Cebrap, nº 29, pp. 34-58.

NICOLAU, Jairo M. (1996), **Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo sobre o Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil**. Dados [online]. 2003, v. 46, n. 4 [Acessado 27 Maio 2022] , pp. 735-771.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. Dados [online]. 1997, v. 40, n. 3 [Acessado 27 Maio 2022] , pp. 335-376.